

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 547.751 - RJ (2014/0172475-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES - RJ147339
CHRISTIANO DE JESUS LOURES DE PAIVA E OUTRO(S) -
RJ165053
AGRAVADO : ROBINSON ABRAHÃO REZENDE
AGRAVADO : GLENDA MARTA FONSECA REZENDE
ADVOGADO : RAPHAEL FONSECA ABRAHAO REZENDE - RJ118288

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"Direito processual público. Mandado de segurança contra ato judicial impetrado por terceiro estranho à demanda que deu origem ao processo no qual foi proferida a decisão impugnada. Enunciado 202 da Súmula do STJ. Seu correto entendimento, a partir de precedentes do próprio STJ. A impetração de mandado de segurança por terceiro não está condicionada à interposição de recurso, mas só é admissível naqueles casos nos quais o terceiro, por justificadas razões, não pôde interpor recurso adequado e eficiente para impugnar a decisão judicial. No caso em exame, o próprio impetrante reconhece que tentou, por seus advogados, convencer o juiz a retratar-se da decisão, o que indica que a mesma não estava preclusa, podendo ser impugnada por meio de recurso. O mandado de segurança contra ato judicial só se presta a suprir as deficiências do sistema recursal. Caso em que, demonstrado que o terceiro poderia ter recorrido, deve-se ter por inadmissível o mandado de segurança, sob pena de se admitir que ao terceiro seja dado livremente escolher entre impugnar a decisão no prazo recursal ou em cento e vinte dias, prazo para impetração do mandado de segurança. Processo de mandado de segurança que se extingue sem resolução de mérito." (fl. 344)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73, 5º, II, da Lei n. 12.016/2009 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em

síntese, (a) omissão do Tribunal de origem e (b) a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial não pressupõe a interposição de recurso pelo terceiro prejudicado.

Apresentadas contrarrazões às fls. 407/422.

É o relatório.

Rejeita-se a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que a parte recorrente limita-se a apresentar alegação genérica de omissão, sem especificar quais teriam sido as teses, argumentos ou temas omitidos e quais seriam, teoricamente, sua relevância para a solução da causa. O apelo, portanto, nessa parte, atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicada por analogia. Nesse sentido confirmam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. PLANO DE SAÚDE. DEPENDENTE. IDADE LIMITE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 336.626/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente apresenta alegação genérica de omissão, sem se preocupar em especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância da questão omitida para solução da controvérsia, atraindo, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF:

'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 263.135/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014 - grifou-se)

No mérito, o TJRJ decidiu que, embora não seja necessária prévia interposição de recurso em face da decisão judicial, para viabilizar a impetração do mandado de segurança por terceiro, este deve comprovar que não foi intimado do ato impugnado ou que, por outro motivo, não lhe foi possível utilizar-se da via recursal. Eis trecho do acórdão:

"O Superior Tribunal de Justiça tem decidido, reiteradamente, no sentido de que o mandado de segurança contra ato judicial só pode ser impetrado por terceiro quando este teve justificadas razões para não ter recorrido contra a decisão que agora, por via do mandado de segurança, pretende impugnar. Confirma-se, por exemplo, a seguinte decisão:

(...)

Sobre o ponto há decisão relativamente recente que afirmou o não cabimento do mandado de segurança impetrado pelo terceiro contra ato judicial se tomou conhecimento da decisão quando ainda havia tempo hábil para a interposição do recurso:

(...)

Verifica-se, assim, que a admissibilidade do mandado de segurança contra ato judicial no caso de impetração por terceiro, embora não esteja condicionada à interposição do recurso, depende de se verificar se houve justificados motivos para que o recurso adequado não tivesse sido interposto. É que no caso denão se pensar assim estar-se-ia assegurando ao terceiro a possibilidade de escolher, indiferentemente, entre recorrer e impetrar mandado de segurança, o que, na prática, implicaria dizer que o terceiro sempre poderia valer-se do elástico prazo de cento e vinte dias para impetrar seu mandado de segurança, o que iria contra o princípio da segurança jurídica (que só poderia ser excepcionado nos casos em que ficasse demonstrado que ao terceiro não teria sido dado recorrer)." (fls. 351/355)

O acórdão recorrido, portanto, está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual os recursos previstos em lei não podem ser substituídos irrestritamente pelo mandado de segurança. A impetração do *mandamus* exige a

comprovação de que o terceiro prejudicado não pôde se utilizar da via recursal adequada.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TERCEIRO PREJUDICADO. ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. NÃO CABIMENTO DO WRIT.

1. O mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, sendo descabido o seu manejo contra ato judicial recorrível.

2. É entendimento do STJ que o enunciado da Súmula n. 202 socorre tão somente aquele que não teve condições de tomar ciência da decisão que lhe prejudicou, ficando impossibilitado de se utilizar do recurso cabível.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 53.499/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MANDAMUS IMPETRADO EM FACE DE ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. ACOLHIMENTO EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DECISÃO JUSTIÇA DE SÃO PAULO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 267 STF. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 202 DO STJ.

(...)

2. Na hipótese, não há falar em aplicação da Súmula 202 do STJ, haja vista que a impetrante tomou a iniciativa de ingressar no feito, tendo o magistrado indeferido a pretensão deduzida e, mesmo devidamente intimada, deixou de interpor o recurso cabível, sendo que "o enunciado nº 202 da Súmula deste c. STJ ("a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona a interposição de recurso") socorre tão-somente àquele que não teve condições de tomar ciência da decisão que lhe prejudicou, restando impossibilitado de se utilizar do recurso cabível" (RMS 29793/GO, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 26/11/2009, DJe 14/12/2009).

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RMS 38.280/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 13/12/2012)"

Superior Tribunal de Justiça

Na espécie, conforme afirmado pelo Tribunal de origem, a instituição financeira teve conhecimento da decisão judicial, de modo que poderia ter se utilizado do recurso de agravo de instrumento, mas preferiu a via do mandado de segurança.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Não foram fixados honorários de sucumbência (art. 25 da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator